

UM ESTUDO COMPARATIVO: BALANÇOS SOCIAIS DAS PREFEITURAS DAS CIDADES DE SÃO JOSÉ - SANTA CATARINA E DE FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA.

Blênio César Severo Peixe

Professor Departamento de Contabilidade UFPR

Simone de Souza Becker

Contadora da Secretaria da Fazenda do e Estado de Santa Catarina

RESUMO

O Balanço Social surge da conscientização, pelos cidadãos, da importância do papel social das entidades econômicas, que não se sustentam pela falta de disponibilizarem à comunidade mais do que seus empregos, produtos e serviços. Assim, a importância do Balanço Social provém de ser ele um instrumento de medida do custo-benefício no desenvolvimento de atividades das entidades. Afinal, a sociedade passa a exigir respostas para muitas perguntas. Há agressão ao meio ambiente? Existem condições adequadas de trabalho? Percebe-se adição de valor à economia? De igual forma, a gestão municipal passa a se preocupar em agregar valor a sua gerência, não só buscando realizar obras visíveis, mas em produzir um sistema de informações capaz de levar ao cidadão dados contábeis, econômicos, financeiros e sociais, que evidenciem o trabalho realizado. O Balanço Social aparece como proposta para o setor público, em particular para as Prefeituras Municipais, como forma de gerar informações, das quais os usuários internos e externos não têm acesso naquelas atualmente publicadas. O objetivo geral deste trabalho foi comparar os critérios que balizaram os

Balanços Sociais das Prefeituras Municipais de São José-SC e de Florianópolis-SC. Os objetivos específicos foram: caracterizar o Balanço Social, situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José-SC de 2001, situar os critérios do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC de 2001 e apontar o resultado da comparação dos critérios adotados na elaboração dos Balanços Sociais daquelas Prefeituras para o exercício de 2001. Os objetivos foram abordados pelas técnicas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa estudo de caso. Constatou-se que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais para o exercício de 2001. As principais diferenças situaram-se na forma de evidenciar as atitudes sociais; nos indicadores e respectivos pesos utilizados nas pesquisas de avaliação da satisfação; na distribuição dos funcionários nas classes funcionais, nas faixas etárias e no tempo de serviço; e na forma de distribuição dos Indicadores Operacionais, Indicadores e Benefícios Sociais e dos valores na Distribuição da Riqueza. O resultado deste estudo realizado demonstrou a importância da evidenciação das informações para os gestores públicos e a própria cidadania, se aplicado com todos os cuidados para não ser influenciado pelo viés político, na busca do resultado verdadeiro, junto aos usuários internos e externos das entidades, pelos benefícios gerados e percebidos nos diversos indicadores pesquisados de forma efetiva. A aplicação do modelo de Balanço Social nas entidades públicas, pode-se verificar as ações dos governos, na busca da avaliação do desempenho da gestão pública, com diversos indicadores, demonstrados na pesquisa pela mensuração transparente dos resultados na utilização desta ferramenta gerencial junto a todos os cidadãos pela responsabilidade social.

Palavras-Chave: Balanço Social, Prefeitura, Responsabilidade Social, Análise Comparativa, Indicadores, Evidenciação, Informações Sociais, Ações Sociais.

Abstract

Social Balance emerges from citizens' awareness of the importance of the social role of organizations which do not sustain themselves for lack of display to the community of information beyond their employments, products and services. Thus the relevance of Social

Balance stems from its being a cost-benefit measurement tool in the development of the activities of such entities. In this context, society starts asking questions such as the following: Is there any aggression to the environment? Are there adequate working conditions? Is there any value added to the economy? In a like manner, Municipal Administration becomes concerned with adding value to its management, not only by means of visible works, but also via the construction of an information system able to provide the citizen with accounting information as well as with economic, financial and social data providing visibility to the work carried out. Social Balance emerges as a proposal to the public sector, mainly to the Municipalities, as a way of generating information to which internal and external users to not have access in traditional accounting displays. The aim of this paper is to compare the criteria informing the Social Balances of the Municipalities of São José - SC, Brazil and Florianópolis - SC, Brazil for the exercise of 2001. Techniques such as bibliographic research and a case study were used in the investigation. In general lines, the Municipalities of São José and Florianópolis proved to have practiced the same methodology in the construction of their Social Balances for the period. The main differences emerge in the forms of displaying social attitudes, in the descriptors and respective weights for satisfaction assessment, in the distribution of employees along functional classes, age groups and employment time, and in the form of distribution of Operational Descriptors, Social and Benefit Descriptors and Richness Distribution. The results obtained demonstrate the importance of information display to public sector managers and society itself.

Key-words: Social Balance; Public Sector Management; Comparative Analysis.

INTRODUÇÃO

A importância da divulgação dos indicadores de desempenho e de outras informações para avaliação do grau de comprometimento dos gestores públicos, na atualidade, contribui de forma efetiva para demonstrar os resultados das ações dos governantes pela execução de seus projetos e programas de governo, junto à comunidade municipal, estadual e nacional.

De acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, prevista, em seu artigo 101, que “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos: 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos: 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17”.

Por sua vez, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, determina a publicação de outros dois demonstrativos: Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Desta forma, com os demonstrativos oficiais publicados, quais sejam, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal, os cidadãos têm acesso às informações da situação das contas dos Municípios.

Verifica-se, no entanto, que as peças contábeis tradicionais do setor público demonstram informações de caráter eminentemente econômico, financeiro e patrimonial. De uma forma genérica, ao tratar das empresas, PEIXE (1999, p.17) comenta: “as empresas desempenham um importante papel social e econômico nas regiões onde atuam e dificilmente esse papel é representado nas demonstrações contábeis tradicionais”. De igual forma, BRANDT defende:

A contabilidade tem entre seus objetivos os de apresentar por meio de sistemas de informações, um conjunto de demonstrações para atender as necessidades informativas de seus usuários. Porém, esse sistema vem suprindo necessidades de ordem financeira, econômica e patrimonial, não atendendo aos usuários interessados em informações de cunho social e ecológico. (BRANDT,

2002, p.32)

Portanto, verifica-se que a contabilidade precisa evoluir na evidenciação de seu objeto (patrimônio), em atendimento ao seu objetivo, sob a ótica pragmática de prover os usuários de informações de caráter relevante, com tempestividade, integridade, dentre outras.

Outro importante aspecto a comentar é a gradativa mudança de mentalidade no setor público. Cresce a necessidade de transformar a gestão pública burocrática, em uma administração pública gerencial, voltada à ética, à eficiência e à eficácia, bem como de divulgar as ações desenvolvidas pelo Município, Estado e União, como reflexo da exigência do cidadão, em conhecer de que forma estão sendo aplicados os recursos administrados pelo ente público em prol do coletivo, ou seja, da sociedade como contraprestação pelos recursos disponibilizados ao erário, através da arrecadação dos tributos dos contribuintes.

Como explicita MOREIRA NETO (1998, p.21), “... em consequência dessa mudança, o Estado não administra nem, como no passado remoto, para o Rei e para seus áulicos, nem, como no passado recente, para o próprio Estado e sua nomenclatura; ele muda de enfoque e passa a administrar para o cidadão, e apenas para ele, os interesses públicos que lhe são confiados pela ordem jurídica”. Essa exigência do cidadão, aliada à necessidade de informação dos usuários internos, tem levado à discussão de inúmeros temas, postos como grandes desafios que se impõem aos Municípios, como a mensuração e o gerenciamento dos custos de suas atividades, a mensuração do resultado econômico, a implantação do sistema de controle interno e do orçamento participativo e o alcance das metas fiscais, em atendimento, também, às questões de planejamento, transparência, controle e responsabilização, cada vez mais exigidas, necessárias e presentes no cotidiano dos entes

públicos. Neste ponto faz-se necessário observar que, apesar dessa gradativa mudança de pensamento, a efetividade nas atividades do setor público está longe de ser alcançada.

Neste contexto de novos paradigmas na gestão pública, o Balanço Social implantado nas Prefeituras Municipais pode ser visto, como uma ferramenta de cunho gerencial, complementar no processo de avaliação da gestão pelos munícipes, bem como de participação na confecção do orçamento pelos usuários internos e externos. Isto porque, como afirma MENDONÇA (1984, p.182), "... a participação no Brasil é algo que veio para ficar, e a maturidade democrática, ao lado da seriedade e responsabilidade no trato da coisa pública são débitos do poder público para com a população, que precisam ser saldados. A participação, certamente, é uma grande avenida aberta neste sentido". Porém, como evidenciar comparativamente informações de desempenho social que não são geradas nos demonstrativos contábeis tradicionais das Prefeituras Municipais?

No cenário em tela, quanto a iniciativas constatadas na esfera pública municipal, destaca-se a Prefeitura Municipal de São José-SC, que publicou "o primeiro Balanço Social Abrangente de uma Prefeitura no País", de acordo com a Mensagem do Prefeito, em seu Balanço Social de 2001, e a Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC que se revelou a primeira capital brasileira a publicar seu Balanço Social, conforme mencionado por CARNEIRO (2002, p.5). Este trabalho procura fazer uma comparação, entre duas prefeituras que publicaram seus balanços sociais, no ano de 2001, como objeto de estudo a ser apresentado, devido à importância das informações contidas nesses balanços.

BALANÇO SOCIAL NO SETOR GOVERNAMENTAL

Inicialmente cabe ressaltar que não existe um modelo padronizado ou legal de Balanço Social que se possa adotar como modelo. Existem muitas metodologias, aplicadas no setor privado, nacional e internacional. No Brasil, destaca-se aquele desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Porém, o modelo do IBASE relaciona-se intimamente com o setor privado. Para SOUZA (2002, p.1),

agora é chegado o momento de orientar a proposta para as empresas públicas – municipais, estaduais e federais. Enfim, todas as instituições públicas que atuam na sociedade: as prefeituras, governos estaduais e respectivas secretarias, universidades e organizações não governamentais”. Na esfera pública, a questão da responsabilidade social é ainda mais profunda, pois como expõe SOUZA (2002, p.1), “o setor público possui o desafio de conciliar a eficiência das empresas privadas, sem deixar de representar a política formal de interesses gerais da sociedade, um meio essencial para a satisfação do interesse público.

O modelo sugerido pelo IBASE necessita adequar a forma de apresentação para balizar as mudanças, que atendam às características peculiares da esfera pública, como afirma SOUZA (2002, p.1): “as adaptações do setor público são mais específicas. A estrutura pública é complexa e diferenciada. Refere-se à caracterização do projeto, à dimensão social. A partir de algumas iniciativas concretas, tomadas por essas instituições, pode-se chegar a um modelo comum”.

Conforme já mencionado, neste estudo e pesquisa, quanto às iniciativas inovadoras, criativas e pioneiras, constatadas na esfera municipal, destacam-se a Prefeitura Municipal de São José-SC e a Prefeitura Municipal de Florianópolis-SC.

Assim, a gestão municipal passa a se preocupar em

agregar valor a seu gerenciamento, não só buscando realizar obras visíveis, mas em produzir um sistema de informações capaz de levar ao cidadão dados contábeis, econômicos, financeiros e sociais que evidenciem o trabalho realizado, como comenta LEITE:

É tarefa das mais importantes para a administração municipal, Executivo e Legislativo, pensar o processo de desenvolvimento do município. Estabelecer o cenário econômico e social no qual este se acha inserido, compreender os problemas locais e seus determinantes, formular, implantar e gerir políticas públicas e modernizar a sua forma de atuação trazem para a administração municipal a necessidade de organizar uma base sólida de dados sobre a realidade social. (LEITE, 1997, p.45)

Todas essas informações geradas pelo sistema municipal possibilitam, inclusive, um planejamento mais eficiente das ações do Estado. Segundo LEITE (1997, p.47),

a partir do conhecimento dessa situação global do município estarão facilitadas tanto a análise e compreensão das características econômicas e sociais quanto o estabelecimento de cenários futuros para a definição de vocações e estratégias, bem como para formulação de alternativas para o desenvolvimento do município.

Portanto, considerando o exposto, o Balanço Social aparece como proposta para o setor público, em particular para as Prefeituras Municipais, como forma de gerar informações, das quais os usuários internos e externos não têm acesso naquelas atualmente publicadas de acordo com a legislação em vigor.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ

A Prefeitura Municipal de São José, em termos de secretarias, fundos, fundações e autarquia, é composta pela seguinte estrutura administrativa:

- Secretarias: Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal Extraordinária para o Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal dos Esportes e da Juventude; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria da Receita Municipal; Secretaria Municipal dos Transportes e Obras; Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos.

- Fundos: Fundo Municipal de Assistência Social; Fundo de Desenvolvimento Municipal; Fundo Municipal de Habitação; Fundo Municipal da Infância e da Adolescência; Fundo Municipal de Saúde.

- Fundações: Fundação Municipal de Esporte de São José; Fundação Municipal do Meio Ambiente e Agricultura.

- Autarquia: São José Previdência.

ESTRUTURA DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

De acordo com informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRCSC, no dia 9 de maio de 2002,

a prefeitura de São José lançou o seu Balanço Social, o primeiro elaborado por uma prefeitura no Brasil. Todo o documento foi feito com base na metodologia criada no ano passado pelo CRCSC, quando a entidade – numa iniciativa inédita entre os conselhos de classe do país – prestou contas à sociedade das atividades que

desenvolve na área social.

Segundo informativo do conselho Regional da Contabilidade, o primeiro Balanço Social do CRCSC – biênio 1999/2000 – foi divulgado em março de 2001 e o CRCSC publicou, em 2002,

pelo segundo ano consecutivo – o seu Balanço Social, prestando contas à sociedade das atividades que desenvolve em favor do social. Em relação ao balanço anterior, o atual trouxe como novidade uma pesquisa de aferição do grau de satisfação dos usuários (contabilistas e funcionários) com a qualidade dos serviços prestados pelo Conselho.

Portanto, o Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José de 2001 foi desenvolvido de acordo com a metodologia do CRCSC e, segundo informativo do conselho, “é o modelo mais completo disponível hoje no país, com pesquisas que mostram o nível de satisfação tanto do contribuinte, ou do usuário do serviço, quanto do quadro funcional, assinalou o presidente do CRCSC, na época da divulgação”.

De acordo com Mensagem do Prefeito, “o Balanço Social da PMSJ foi elaborado com base nas informações administrativas, contábeis, financeiras e sociais de 2000 e 2001 e inclui pesquisas relativas ao nível de satisfação dos Recursos Humanos e Contribuintes”.

Demonstra-se a estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José: 1.Mensagem do Prefeito; 2.Município de São José; 3.Ações Sociais; 3.1. Educação, Cultura e Esporte; 3.2. Saúde e Saneamento; 3.3. Desenvolvimento Social; 3.4. Habitação, Urbanismo e Transporte; 3.5. Segurança Pública; 3.6. Meio Ambiente e Educação Ambiental; 4. Capital Humano; 4.1. Avaliação da Satisfação do Capital Humano; 4.2. Avaliação

da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão; 5 Demonstrativos e Indicadores Sociais; 5.1. Balanço Social; 5.2. Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

A Prefeitura evidencia a avaliação da satisfação do capital humano por meio do Balanço de Satisfação da Prefeitura de São José. Destaca-se que, "... em dezembro de 2001, a Prefeitura Municipal de São José tomou a decisão inédita de fazer uma pesquisa para saber o que os seus funcionários pensavam dos benefícios e condições de trabalho que lhes eram proporcionadas".

E mais, a metodologia adotada, desenvolvida pela Prof^a Dr^a Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará, consistiu numa aplicação de uma enquete, na qual os funcionários avaliaram 29 indicadores relativos às condições de trabalho proporcionadas pela Prefeitura de São José, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação, são eles: condições físicas e ambientais (ventilação; iluminação; acústica; espaço físico; equipamentos; móveis; transporte; comunicação; materiais de expediente; segurança; cumprimento do horário; prestadores de serviços), atendimento do servidor (colegas do setor; colegas extra-setor; chefia imediata; chefia intermediária; chefia superior; realização de tarefas), satisfação funcional (normas, regulamentos, procedimentos; comunicação intra-setorial; comunicação extra-setorial; possibilidade de tomada de decisões; pontualidade no pagamento de salários; remuneração; reajuste; recreação/esportes) e indicadores sociais (cursos/treinamentos; planos de saúde; eventos).

A metodologia considera que

como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores”, sendo que “a soma dos pesos do total de indicadores é 100.

Por não existir a referida avaliação para o exercício de 2000, a Prefeitura considera um valor de 60 (regular) para todos os indicadores naquele ano, para possibilitar a comparabilidade.

Para se entender as colunas do ativo satisfação e passivo satisfação é necessário mencionar que

uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo de cada questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou um superávit na mesma de acordo com os resultados da enquete realizada.

Com um Grau de Satisfação dos Funcionários (Ativo de Satisfação-AS) de 8,55 e um Grau de Insatisfação dos Funcionários (Passivo de Satisfação-PS) de 2,55, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação dos Funcionários de 6,00(AS-PS).

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Prefeitura Municipal de São José demonstra a avaliação da satisfação dos usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão com o Balanço do Grau de Satisfação dos Municípios de São José:

A metodologia adotada, desenvolvida pela Profª Drª Fátima de Souza Freire da Universidade Federal do Ceará, consistiu na aplicação de uma enquete, respondida por uma determinada amostragem de municípios. Esta enquete consistia na avaliação de sete indicadores sobre as Condições Físicas e Ambientais do Centro de Atendimento, e seis indicadores relativos ao Atendimento pelo Servidor no Centro de Atendimento. A cada indicador foi conferido pelo munícipe um conceito que expressava o grau de satisfação com o atendimento.

Os indicadores consistem em: localização da Prefeitura; estacionamento; localização do Centro de Atendimento; recepção do Centro de Atendimento; serviços complementares; instalações físicas; horário de atendimento; rapidez e agilidade; tratamento; orientação e informação; profissionalismo; retorno e qualidade do serviço prestado.

De igual forma foram atribuídos pesos e um valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000.

Com um Grau de Satisfação de Atendimento dos Municípios (Ativo de Satisfação) de 18,10 e um Grau de Insatisfação de Atendimento dos Municípios (Passivo de Satisfação) nulo, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Municípios de 18,10.

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Adentrando nos demonstrativos e indicadores sociais, a Prefeitura Municipal de São José apresenta o seu Balanço Social – 2000/2001, com os seguintes itens: 1. Indicadores Gerais do Resultado Operacional; 1.1. Receita Orçamentária; 1.1.1. Receita Própria; 1.1.2. Transferências; 1.1.3. Receitas de Capital; 1.2. Superávit do Exercício; 1.3. Saldo Patrimonial; 2. Indicadores

de Recursos Humanos; 2.1. Ativos em 31/12; 2.1.1. Participação por sexo (homens e mulheres); 2.2. Faixas etárias em 31/12; 2.2.1. Até 24 anos; 2.2.2. Acima de 24 até 39 anos; 2.2.3. Acima de 39 até 64 anos; 2.2.4. Acima de 64 anos; 2.3. Tempo de serviço em 31/12; 2.3.1. Até 1 ano; 2.3.2. Acima de 1 até 5 anos; 2.3.3. Acima de 5 até 10 anos; 2.3.4. Acima de 10 anos; 2.4. Variação do corpo funcional; 2.4.1. Demissões no ano; 2.4.2. Aposentadorias no ano; 2.4.3. Afastamentos por outros motivos; 2.4.4. Admissões no ano; 2.5. Serviços terceirizados em 31/12; 2.5.1. Gastos com serviços terceirizados no período; 2.6. Estagiários; 2.6.1. Número de estagiários em 31/12; 2.6.2. Gasto anual com estagiários; 2.7. Escolaridade e formação; 2.7.1. Nível de escolaridade; 2.7.1.1. Analfabeto, inclusive o que, embora tenha recebido instrução, não se alfabetizou; 2.7.1.2. Até a 4ª série incompleta do 1º grau (primário incompleto) ou que se tenha alfabetizado sem ter freqüentado escola regular; 2.7.1.3. Com a 4ª série completa do 1º grau; 2.7.1.4. Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau; 2.7.1.5. Primeiro grau (ginásio) completo; 2.7.1.6. Segundo grau (colegial) incompleto; 2.7.1.7. Segundo grau (colegial) completo; 2.7.1.8. Superior incompleto; 2.7.1.9. Superior completo; 2.7.1.10. Pós-graduação completa; 2.8. Gastos com pessoal; 2.8.1. Remunerações; 2.8.1.1. Salários, gratificações; 2.8.1.2. Encargos sociais compulsórios (FGTS, INSS); 2.8.1.3. 13º salário; 2.8.1.4. Indenizações; 2.9. Outras vantagens sociais; 2.9.1. Gastos com transporte; 3. Indicadores de Atividades Operacionais; 3.1. Legislativa; 3.2. Administração e Planejamento; 3.3. Saúde e Saneamento; 3.4. Educação e Cultura; 3.5. Indústria, Comércio e Serviços; 3.6. Trabalho; 3.7. Outros; Total dos Indicadores de Atividades Operacionais; 4. Indicadores e Benefícios Sociais; 4.1. Gastos com a comunidade; 4.1.1. Educação e Cultura; 4.1.1.1. Educação de criança de 0 a 6 anos (creche); 4.1.1.2. Ensino fundamental; 4.1.1.3. Ensino médio; 4.1.1.4. Ensino

supletivo; 4.1.1.5. Educação física e desporto; 4.1.1.6. Assistência a educandos; 4.1.1.7. Cultura; 4.1.1.8. Educação especial; 4.1.1.9. Alimentação escolar; 4.1.2. Saúde e Saneamento; 4.1.2.1. Saúde; 4.1.3. Assistência e Previdência; 4.1.3.1. Assistência; 4.1.3.2. Previdência; 4.1.4. Transporte; 4.1.4.1. Transporte rodoviário; 4.1.4.2. Transporte urbano; 4.1.4.3. Transporte aéreo; 4.1.5. Habitação e Urbanismo; 4.1.5.1. Habitação; 4.1.5.2. Urbanismo; 4.1.5.3. Serviços de utilidade pública; 4.1.6. Indústria e Comércio; 4.1.7. Desenvolvimento Regional; 4.1.7.1. Desenvolvimento de micro-regiões; 4.1.8. Segurança Pública; 4.1.9. Proteção ao Meio Ambiente; 4.1.10. Agricultura; Total dos Indicadores e Benefícios Sociais.

Os itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.7, referentes ao corpo funcional, foram distribuídos em direção, chefia, operacional e total.

DEMONSTRAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

A Prefeitura Municipal de São José elaborou sua Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza, com os seguintes tópicos: 1. Receitas Orçamentárias; 1.2. Receita Própria; 1.3. Transferências; 1.3.1. Constitucionais; 1.3.2. De Convênios; 1.4. Receitas de Capital; 2. Insumos Adquiridos de Terceiros; 2.1. Serviços de Terceiros e Encargos; 3. Valor da Riqueza Bruta (1 – 2); 4. Valor da Riqueza Recebida em Transferência; 4.1. Receitas Financeiras; 5. Valor da Riqueza Líquida (3 + 4); 6. Distribuição da Riqueza; 6.1. Pessoal e Encargos; 6.2. Função de Governo; 6.2.1. Legislativo; 6.2.2. Administração e Planejamento; 6.2.3. Saúde e Saneamento; 6.2.4. Educação e Cultura; 6.2.5. Indústria, Comércio e Serviços; 6.2.6. Habitação e Urbanismo; 6.2.7. Agricultura;

6.2.8. Segurança Pública; 6.2.9. Desenvolvimento Regional; 6.2.10. Trabalho; 6.2.11. Assistência e Previdência; 6.2.12 . Transporte; 6.3. Dívida Interna; 6.4. Superávit do Exercício; Total do Valor Adicionado Distribuído.

A Prefeitura Municipal de São José obteve um valor da riqueza líquida de R\$ 72.913.054, decorrente de suas receitas orçamentárias, deduzidos os insumos adquiridos de terceiros e somado o valor da riqueza recebida em transferência. O valor da riqueza líquida foi distribuído nas áreas supramencionadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, em termos de secretarias, fundos, fundações, autarquia e empresa pública, é composta pela seguinte estrutura administrativa:

- Secretarias: Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Transportes e Obras; Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes; Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos; Secretaria Regional do Continente; Núcleo dos Transportes Coletivos.

- Fundos: Fundo Municipal de Assistência Social; Fundo Municipal do Cinema; Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho; Fundo Municipal de Integração Social; Fundo Municipal de Saúde.

- Fundações: Fundação Municipal de Cultura Franklin Cascaes; Fundação Municipal de Esportes; Fundação Municipal do Meio Ambiente.

- Autarquia: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.
- Empresa pública: Companhia de Melhoramentos da Capital.

ESTRUTURA DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Segundo CARNEIRO (2002, p.5),

a metodologia desenvolvida na elaboração do Balanço já foi aplicada pelas prefeituras de São José e de Florianópolis – respectivamente, o primeiro município e a primeira capital do país a publicarem o seu Balanço Social – e deve com certeza ser adotada pelas demais organizações públicas e privadas, se estendendo por todo o país”.

De acordo com Mensagem da Prefeita, “... a Responsabilidade Social, devidamente incorporada pela Prefeitura através de diversos projetos e programas sociais e ambientais, encontra no Balanço Social o instrumento capaz de levar à sociedade, de forma clara, objetiva e transparente as ações desenvolvidas em 2001”. Sobre a amplitude do Balanço Social, destaca-se que:

A Prefeitura Municipal de Florianópolis, dentro de uma política fundada na transparência e divulgação de suas ações, resolveu elaborar seu primeiro Balanço Social, referente ao ano de 2001, adotando a mesma metodologia que foi implementada no Balanço Social do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina – CRCSC. Ele contém duas pesquisas: uma para aferir o que os seus funcionários pensavam acerca das condições de trabalho e dos benefícios que lhes eram proporcionados pela Prefeitura; outra para avaliar o grau de satisfação dos munícipes em relação ao atendimento

e serviços prestados nos SACIs e Sede da Prefeitura.

Apresenta-se a estrutura do Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis: 1. Mensagem da Prefeita; 2. O Município; 3. A Gestão de Florianópolis; 4. As Pessoas; 4.1. Saúde; 4.2. Nutrição; 4.3. Educação; 4.4. Habitação; 4.5. Assistência Social; 4.6. Transporte Urbano; 4.7. Cultura; 4.8. Esportes; 5. O Ambiente Natural; 5.1. Conservação Ambiental; 5.2. Educação Ambiental; 5.3. Limpeza Pública; 6. As Oportunidades; 6.1. Turismo; 6.2. Agropecuária, Pesca e Abastecimento; 7 O Ambiente Físico; 7.1 Obras de Engenharia; 7.2 Infra-Estrutura de Serviços; 8. O Ambiente Institucional; 8.1. Modernização Administrativa; 8.2. Recursos Humanos; 9. Demonstrativo de Indicadores Sociais; 9.1. Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Municípios; 9.2. Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura; 9.3. Balanço Social da Satisfação dos Municípios; 9.4. Balanço Social da Prefeitura de Florianópolis; 9.5. Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza.

BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

A esse respeito,

no que tange ao Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, a intenção da Prefeitura foi a de ter uma primeira referência sobre a percepção do seu pessoal em relação às condições físicas e ambientais de trabalho, relacionamento interno, satisfação pessoal de trabalhar na Prefeitura e dos benefícios sociais que lhe são proporcionados.

Sobre os critérios, destaca-se que “ a metodologia adotada

consistiu na aplicação de enquete separada para funcionários e munícipes, em que se avaliaram indicadores relativos às condições de trabalho e/ou serviços prestados na ou pela Prefeitura, conferindo a cada indicador um conceito que expressava seu grau de satisfação”. Para o Balanço Social da Satisfação dos Funcionários utilizou-se os seguintes indicadores: condições físicas e ambientais (ventilação; iluminação; acústica; espaço físico; móveis; computadores e equipamentos; meios de transporte; meios de comunicação; materiais de expediente; segurança; adequação do horário), relacionamento (prestadores de serviços gerais; colegas do mesmo setor; colegas de setores diferentes; chefia imediata; chefia intermediária; chefia superior), satisfação com a Prefeitura (comunicação no setor; comunicação entre setores, pontualidade no pagamento; remuneração; reajuste; participação na tomada de decisão; satisfação nas tarefas realizadas, normas e regulamentos), atividade social (recreação e desporto; cursos e capacitação; treinamento; convênios; eventos comemorativos) e gestão da Prefeitura (demonstrações contábeis; clareza nos objetivos; preocupação com o servidor).

A metodologia considerou que “como todas as questões das enquetes não têm a mesma importância para averiguação das condições ofertadas pela Prefeitura para satisfação dos seus funcionários ou atendimento e facilidades de apoio aos munícipes, foi associado um fator de ponderação (peso) a cada um dos indicadores”, sendo que “a soma dos pesos do total de indicadores é 100”.

Por não existir a referida avaliação para o exercício de 2000, a Prefeitura considerou um valor de 60 (regular) para todos os indicadores naquele ano, para possibilitar a comparabilidade.

Para se entender as colunas de ativo satisfação e passivo satisfação é necessário mencionar que uma configuração de ativo e passivo da satisfação dos funcionários ou dos munícipes

foi associada a cada questão ao multiplicar a porcentagem de avanço ou retrocesso pelo valor (peso) relativo de cada questão. Então, a diferença entre o total do ativo e passivo de satisfação gerou uma medida (superávit/déficit) da satisfação dos funcionários num caso, dos municípios noutro caso, em relação à Prefeitura a partir dos resultados das enquetes realizadas.

Com um Grau de Satisfação dos Funcionários (Ativo de Satisfação-AS) de 10,59 e um Grau de Insatisfação dos Funcionários (Passivo de Satisfação-PS) de 5,01, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação(AS-PS) dos Funcionários de 5,58.

BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS MUNICÍPIES

Para esse tópico, a Prefeitura de Florianópolis expõe que,

já no Balanço Social da Satisfação dos Municípios a finalidade foi a de verificar o que pensam eles também sobre as condições físicas e ambientais dos SACIs e da sede da Prefeitura, o atendimento prestado pelos funcionários, a imagem que possuem da cidade e da própria administração da Prefeitura e da qualidade de vida em Florianópolis.

Foi utilizada a mesma metodologia aplicada no Balanço Social da Satisfação dos Funcionários, com os seguintes indicadores: condições físicas e ambientais (localização da Prefeitura; estacionamento; localização dos SACIs; serviços complementares; instalações físicas; horário de atendimento), atendimento pelo servidor (rapidez e agilidade; tratamento; orientação e informação; profissionalismo e qualidade do serviço prestado) e imagem da Prefeitura e da Cidade (imagem da Prefeitura; imagem da Cidade; qualidade de vida).

De igual forma foram atribuídos pesos e um valor 60

(regular) para todos os indicadores do ano de 2000. Com um Grau de Satisfação dos Munícipes de Florianópolis (Ativo de Satisfação) de 28,03 e um Grau de Insatisfação dos Munícipes de Florianópolis (Passivo de Satisfação) de 0,14, a Prefeitura alcançou um Superávit no Grau de Satisfação de Atendimento dos Munícipes de 27,90.

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

O Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis – Período 2000/2001 apresenta os seguintes itens: 1. Indicadores Gerais do Resultado Operacional; 1.1. Receita Orçamentária; 1.1.1. Receita Própria; 1.1.2. Transferências; 1.1.3. Receitas de Capital; 1.2. Superávit/Déficit do Exercício; 1.3. Saldo Patrimonial; 2. Indicadores de Recursos Humanos; 2.1. Ativos em 31/12; 2.1.1. Participação por sexo (homens e mulheres); 2.2. Faixas etárias em 31/12; 2.2.1. Até 24 anos; 2.2.2. Acima de 24 até 50 anos; 2.2.3. Acima de 50 anos; 2.3. Tempo de serviço em 31/12; 2.3.1. Até 1 ano; 2.3.2. Acima de 1 até 10 anos; 2.3.3. Acima de 10 anos; 2.4. Variação do corpo funcional; 2.4.1. Demissões no ano; 2.4.2. Aposentadorias no ano; 2.4.3. Afastamentos por outros motivos; 2.4.4. Admissões no ano; 2.5. Serviços terceirizados em 31/12; 2.5.1. Gastos com serviços terceirizados no período; 2.6. Estagiários; 2.6.1. Média anual de utilização de estagiários; 2.6.2. Gasto anual com estagiários; 2.7. Escolaridade e formação; 2.7.1. Nível de escolaridade; 2.7.1.1. Analfabetos; 2.7.1.2. Até a 4ª série incompleta do 1º grau; 2.7.1.3. Com a 4ª série completa do 1º grau; 2.7.1.4. Da 5ª a 8ª série incompleta do 1º grau; 2.7.1.5. Primeiro grau (ginásio) completo; 2.7.1.6. Segundo grau (colegial) incompleto; 2.7.1.7. Segundo grau (colegial) completo; 2.7.1.8. Superior incompleto; 2.7.1.9. Superior completo; 2.7.1.10. Pós-graduação completa;

2.8. Gastos com pessoal; 2.8.1. Remunerações; 2.8.1.1. Salários, gratificações, férias, 13º salário, indenizações; 2.8.1.2. Obrigações patronais; 2.8.1.3. Gastos com pessoal inativo; 2.8.1.4. Gastos com pensionistas; 2.8.1.5. Outros gastos com pessoal; 2.8.1.6. Gastos com salário-família; 2.9. Outras vantagens sociais; 2.9.1. Vale-transporte; 2.9.2. Auxílio-refeição; 2.9.3. Auxílio-creche; 3. Indicadores de Atividades Operacionais; 3.1. Legislativa; 3.2. Gabinete da Prefeita; 3.2.1. Administração; 3.2.2. Serviço de utilidade pública; 3.2.3. Subvenções sociais; 3.2.4. Outros; 3.3. Gabinete do Vice-Prefeito; 3.4. Gabinete de Planejamento; 3.5. Núcleo de Transporte; 3.6. Secretaria Municipal de Administração; 3.7. Secretaria Municipal de Finanças; 3.8. Procuradoria Geral do Município; Total dos Indicadores de Atividades Operacionais; 4. Indicadores e Benefícios Sociais; 4.1. Gastos com a Comunidade; 4.1.1. Secretaria de Educação; 4.1.1.1. Educação da criança de 0 a 6 anos (creche); 4.1.1.2. Ensino fundamental; 4.1.1.3. Ensino supletivo; 4.1.1.4. Educação especial; 4.1.1.5. Alimentação escolar; 4.1.2. Secretaria de Saúde e Desenv. Social; 4.1.2.1. Departamento de Saúde Pública; 4.1.2.2. Departamento de Desenvolvimento Social; 4.1.2.3. Fundo Municipal de Integração Social; 4.1.2.4. Fundo Municipal de Assistência Social; 4.1.2.5. Fundo da Criança e Adolescente e Fundo de Saúde; 4.1.3. Secretaria de Turismo; 4.1.3.1. Administração; 4.1.3.2. Turismo; 4.1.4. Secretaria de Transp. e Obras; 4.1.4.1. Administração; 4.1.4.2. Educação da criança de 0 a 6 anos; 4.1.4.3. Transporte rodoviário; 4.1.4.4. Transporte urbano; 4.1.4.5. Ensino fundamental; 4.1.4.6. Turismo; 4.1.4.7. Outros investimentos sociais; 4.1.5. Secretaria Regional do Continente; 4.1.5.1. Administração; 4.1.5.2. Educação da criança de 0 a 6 anos; 4.1.5.3. Urbanismo; 4.1.5.4. Saneamento; 4.1.5.5. Transporte rodoviário; 4.1.5.6. Transporte urbano; 4.1.5.7. Outros investimentos sociais; 4.1.6. Secretaria de

130

Revista Contemporânea de Contabilidade

Ano 02 ● v. 01 ● n. 3 ● jan./jun. ● 2005

Urbanismo e Serv. Públicos; 4.1.6.1. Administração; 4.1.6.2. Serviços de utilidade pública; 4.1.7. Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social; 4.1.7.1. Capacitação profissional; 4.1.7.2. Assistência social; 4.1.8. Encargos Gerais do Município; 4.1.8.1. Administração; 4.1.8.2. Administração financeira; 4.1.8.3. Serviços financeiros; 4.1.8.4. Educação da criança de 0 a 6 anos; 4.1.8.5. Ensino fundamental; 4.1.8.6. Assistência e previdência; 4.1.8.7. Transferência para o IPUF; 4.1.8.8. Fundação Franklin Cascaes; 4.1.8.9. Fundação Municipal de Esportes; 4.1.8.10. Fundação Municipal do Meio Ambiente; 4.1.8.11. Limpeza pública; 4.1.8.12. Transferência para Fundo M. Integração Social; 4.1.8.13. Transferência do Fundo Municipal de Saúde; 4.1.8.14. Transferência do Fundo Municipal de Assistência Social; 4.1.9. Outros investimentos sociais; Total dos Indicadores Operacionais e Sociais.

DEMONSTRAÇÃO DA GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

A Prefeitura Municipal de Florianópolis elaborou sua Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza com os seguintes tópicos: 1. Receitas Orçamentárias; 1.1. Receita Própria; 1.2. Transferências; 1.3. Receitas de Capital; 2. Insumos Adquiridos de Terceiros; 2.1. Serviços de Terceiros e Encargos; 3. Valor da Riqueza Bruta (1 – 2); 4 Valor da Riqueza Recebida em Transferência; 4.1. Receitas Financeiras; 5 Valor da Riqueza Líquida (3 + 4); 6 Distribuição da Riqueza; 6.1. Pessoal e Encargos; 6.2. Função de Governo; 6.2.1. Legislativo; 6.2.2. Gabinete da Prefeita; 6.2.3. Gabinete do Vice-Prefeito; 6.2.4. Gabinete de Planejamento; 6.2.5. Núcleo de Transportes; 6.2.6. Secretaria Municipal de Administração; 6.2.7. Secretaria de Finanças; 6.2.8. Procuradoria Geral do Município; 6.2.9. Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos; 6.2.10. Secretaria Municipal de Educação; 6.2.11. Secretaria Municipal de Transportes e Obras;

6.2.12. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes; 6.2.13. Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social; 6.2.14. Secretaria Regional do Continente; 6.2.15. Encargos Gerais do Município; 6.2.16. Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Des. Social; 6.2.17. Amortização da Dívida Interna; 6.2.18. Outras Distribuições Sociais; 6.2.19. Superávit/Déficit Financeiro do Exercício; Total da Riqueza Distribuída.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis obteve um valor da riqueza líquida de R\$ 167.805.490, decorrente de suas receitas orçamentárias, deduzidos os insumos adquiridos de terceiros e somado o valor da riqueza recebida em transferência. O valor da riqueza líquida foi distribuído nas áreas supramencionadas.

2.3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS BALANÇOS SOCIAIS DAS PREFEITURAS DE SÃO JOSÉ E DE FLORIANÓPOLIS PARA 2001

Inicialmente faz-se necessário lembrar o sentido amplo do Balanço Social. Para TINOCO (2002, p.63),

a inserção das questões econômicas, ambientais e de cidadania às questões sociais ampliaram o escopo do balanço social em sentido amplo, compreendendo: o balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); a demonstração do valor adicionado (agregado); o balanço ecológico (ambiental); e a responsabilidade social da empresa”.

Portanto, o autor salienta quatro grandes segmentos evidenciados no Balanço Social, quais sejam, balanço das pessoas, demonstração do valor adicionado, balanço ambiental e responsabilidade social.

Nos casos em tela, as atitudes que demonstram responsabilidade social e preocupação com as questões ambientais (balanço ambiental) foram apresentadas, de forma geral, no Balanço Social da Prefeitura

Municipal de São José, através do tópico, ações sociais, que enfatizou os programas sociais, e no Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através dos itens Pessoas, o ambiente natural, as oportunidades e o ambiente físico, evidenciados de forma diferente daquela Prefeitura, pois destacou “algumas ações” nas diversas áreas de sua atuação, em termos de práticas, números e valores aplicados.

Em se tratando do balanço das pessoas, a Prefeitura Municipal de São José evidenciou as questões relativas dos seus funcionários no item 2 – Indicadores de Recursos Humanos do Demonstrativo Balanço Social, sendo que alguns dados foram analisados, através de gráficos e tabelas, no tópico Capital Humano. Neste mesmo tópico, a Prefeitura trouxe duas pesquisas de avaliação da satisfação. A avaliação da satisfação do Capital Humano utilizou 29 indicadores e a avaliação da satisfação dos usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão contou com 13 indicadores.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis contemplou as informações relativas aos seus funcionários no tópico - 2 – Indicadores de Recursos Humanos do Demonstrativo Balanço Social, sendo que dados como: número de efetivos, participação por sexo, faixa etária, tempo de serviço, nível de escolaridade e gastos com pessoal foram observados, através de gráficos e tabelas, no item Recursos Humanos. Dentro dos tópicos Demonstrativos de Indicadores Sociais, a Prefeitura apresentou duas pesquisas de avaliação da satisfação: Balanço Social de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura e Balanço Social de Satisfação dos Municípios. O Balanço Social de Satisfação dos Funcionários da Prefeitura verificou 33 indicadores e o Balanço Social de Satisfação dos Municípios apresentou 14 indicadores. As tabelas a seguir comparam os indicadores de avaliação da satisfação utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ			PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS		
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO CAPITAL HUMANO			BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA		
Classe de Indicadora	Indicadora	Peso Atribuído	Classe de Indicadora	Indicadora	Peso Atribuído
Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	2	Condições Físicas e Ambientais	Ventilação	3
	Iluminação	2		Iluminação	3
	Acústica	2		Acústica	2
	Espaço Físico	2		Espaço Físico	4
	Equipamentos	2		Computadores e Equipamentos	4
	Móveis	2		Móveis	4
	Transporte	2		Meios de Transporte	3
	Comunicação	2		Meios de Comunicação	3
	Materiais de Expediente	2		Materiais de Expediente	3
	Segurança	2		Segurança	2
	Comprometimento Horário	2		Adequação do Horário	3
	Prestadores de Serviços	2			
Atendimento do Servidor			Relacioname- nto	Prestadores de Serviços Gerais	2
	Coléga do Setor	4		Coléga do Mesmo Setor	4
	Coléga Extra-Setor	3		Coléga de Setores Diferentes	3
	Chefia Imediata	4		Chefia Imediata	4
	Chefia Intermediária	3		Chefia Intermediária	2
	Chefia Superior	2		Chefia Superior	2
	Realização de Tarefa	3			
Satisfação Funcional	Normas, Regulamentos, Procedimentos	2	Satisfação com a Prefeitura	Normas e Regulamentos	2
	Comunicação Intra-Setorial	2		Comunicação no Setor	3
	Comunicação Extra-Setorial	2		Comunicação Entre Setores	2
	Possibilidade Tomada de Decisão	3		Participação na Tomada de Decisão	3
	Pontualidade Pagamento Salários	7		Pontualidade no Pagamento	3
	Remuneração	8		Remuneração	3
	Reatua	7		Reatua	3
	Recreação Teor.	4			
				Satisfação nas Tarefas Realizadas	3
				Recreação e Esporte	2
Indicadores Sociais			Atividade Social		
	Cursos Treinamentos	8			
				Cursos e Capacitação	5
	Planos de Saúde	8		Treinamento	3
	Eventos	4		Convênios	4
			Eventos Consem.	2	
			Gestão da Prefeitura	Demonstrativos Contábeis	2
				Clareza nos Objetivos	2
				Preocupação com o Servidor	3

TABELA - 1 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Revista Contemporânea de Contabilidade

Satisfação dos Funcionários, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ			PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS		
AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO			BALANÇO SOCIAL DA SATISFAÇÃO DOS MUNICÍPIOS		
Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído	Classe de Indicadores	Indicadores	Peso Atribuído
Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	4	Condições Físicas e Ambientais	Localização da Prefeitura	7
	Estacionamento	4		Estacionamento	5
	Localização Centro de Atendimento	4		Localização dos SAC's	8
	Recepção Centro de Atendimento	4			
	Serviços Complementares	4		Serviços Complementares	7
	Instalações Físicas	10		Instalações Físicas	6
Atendimento pelo Servidor	Horário de Atendimento	10	Atendimento pelo Servidor	Horário de Atendimento	9
	Rapidez e Agilidade	10		Rapidez e Agilidade	6
	Tratamento	10		Tratamento	6
	Orientação e Informação	10		Orientação e Informação	6
	Profissionalismo	10		Profissionalismo	7
	Retorno	10			
	Qualidade de Serviço Prestado	10		Qualidade do Serviço Prestado	8
			Imagem da Prefeitura e da Cidade	Imagem da Prefeitura	7
				Imagem da Cidade	9
				Qualidade de Vida	9

TABELA - 2 – Comparativo dos Indicadores de Avaliação da Satisfação dos Municípios, utilizados pelas Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis.

As Prefeituras utilizaram o valor 60 (regular) para todos os indicadores do ano de 2000, haja vista que as referidas pesquisas foram adotadas a partir de 2001.

Verificou-se, portanto, que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis utilizaram metodologias semelhantes. As diferenças consistiram na utilização de alguns indicadores distintos e na atribuição de pesos aos indicadores.

Com relação aos Balanços Sociais propriamente ditos e às Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, a mesma metodologia.

Nos Balanços Sociais, ambas apresentam Indicadores

Gerais do Resultado Operacional, Indicadores de Recursos Humanos, Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores de Atividades Sociais.

Porém, percebe-se algumas diferenças a mencionar, dentro dos Indicadores de Recursos Humanos, a Prefeitura Municipal de São José distribuiu os dados em níveis funcionais (operacional, chefia e direção), o que não o fez a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Nas informações quanto a faixas etárias dos funcionários, a Prefeitura Municipal de São José adotou quatro faixas: até 24 anos, acima de 24 até 39 anos, acima de 39 até 64 anos e acima de 64 anos. Já a Prefeitura Municipal de Florianópolis distribuiu seus funcionários em três grandes faixas: até 24 anos, acima de 24 até 50 anos e acima de 50 anos. De igual forma, para tempo de serviço dos funcionários, a Prefeitura Municipal de São José adotou quatro faixas: até 1 ano, acima de 1 até 5 anos, acima de 5 até 10 anos e acima de 10 anos. A Prefeitura Municipal de Florianópolis reuniu as duas faixas centrais citadas em uma só, desta forma: até 1 ano, acima de 1 até 10 anos e acima de 10 anos. A Prefeitura Municipal de São José contemplou o número de estagiários em 31 de dezembro. A Prefeitura Municipal de Florianópolis preferiu adotar uma média anual de utilização de estagiários. Nos gastos com pessoal, a Prefeitura Municipal de São José referenciou as remunerações em: salários, gratificações; encargos sociais compulsórios; 13º salário; férias e indenizações. Neste item a Prefeitura Municipal da Cidade de Florianópolis apresentou mais indicadores: salários, gratificações, férias, 13º salário, indenizações; obrigações patronais; gastos com pessoal inativo; gastos com pensionistas; outros gastos com pessoal e gastos com salário-família.

Nos tópicos Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais, ambas as Prefeituras demonstraram os valores com os respectivos percentuais da

receita orçamentária, do superávit e do saldo patrimonial. A Prefeitura Municipal de São José contemplou os Indicadores de Atividades Operacionais com os gastos nos seguintes itens sintéticos: Legislativa; Administração e Planejamento; Saúde e Saneamento; Educação e Cultura; Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho e Outros. Para os Indicadores de Atividades Sociais apresentou os desembolsos no item sintético Gastos com a Comunidade. Já a Prefeitura Municipal de Florianópolis dividiu os gastos dentro de algumas unidades orçamentárias. Nos Indicadores de Atividades Operacionais destacou a função Legislativa, o Gabinete do Vice-Prefeito, o Gabinete de Planejamento, o Núcleo de Transporte, a Secretaria Municipal de Administração, a Secretaria Municipal de Finanças e a Procuradoria Geral do Município. Nos Indicadores e Benefícios Sociais contemplou os gastos em várias funções, dentro da Secretaria de Educação, da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, Secretaria de Turismo, Secretaria de Transportes e Obras, Secretaria Regional do Continente, Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, Encargos Gerais do Município e Outros Investimentos Sociais.

Nas Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis, adotaram metodologia semelhante, que contemplou Receitas Orçamentárias, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor da Riqueza Bruta, Valor da Riqueza Recebida em Transferência, Valor da Riqueza Líquida e Distribuição da Riqueza.

Apresentaram os valores com os respectivos percentuais da receita orçamentária. A diferenciação deu-se na distribuição da riqueza, pois a Prefeitura Municipal de São José utilizou, basicamente, funções de governo e a Prefeitura Municipal de Florianópolis unidades orçamentárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA ANÁLISE

COMPARATIVA

Com relação às pesquisas de avaliação da satisfação, cabe ressaltar que a utilização de indicadores distintos prejudica a comparabilidade entre os resultados produzidos pelas enquetes das Prefeituras e que a atribuição de pesos aos indicadores podem gerar manipulação de dados, com interferência nos resultados de superávit/déficit da satisfação dos funcionários e municípios. Decorre dessa possibilidade, de aplicação de critérios distintos e de manipulação de dados, a importância de um modelo padrão de Balanço Social, com o estabelecimento dos critérios e do conteúdo mínimo.

Outro importante ponto a destacar refere-se ao desmembramento entre Indicadores de Atividades Operacionais e Indicadores Sociais. Pela dificuldade prática em se fazer o referido desmembramento, em virtude da subjetividade de julgamento de que se reveste, sugere-se que as Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis não façam distinção entre os Indicadores e nem dividam as despesas por unidades orçamentárias, haja vista a repetição das funções de Governo entre aquelas unidades. Por isso, recomenda-se que utilizem as funções de Governo e, no que couber, as subfunções de Governo, previstas na Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999, com vigência a partir do exercício financeiro de 2002, garantindo a comparabilidade entre o direcionamento que as Prefeituras estão dando ao gasto público.

Anteriormente ao ano de 2002, adotava-se a Portaria do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral nº 9, de 28 de janeiro de 1974, atualizada pelas Portarias nº 4, de 12 de março de 1975; nº 25, de 14 de julho de 1976; nº 36, de 17 de

dezembro de 1980, e nº 36, de 1º de agosto de 1989, que resultava em dezesseis funções.

As vinte e oito funções de Governo vigentes são: Legislativa; Judiciária; Essencial à Justiça; Administração; Defesa Nacional; Segurança Pública; Relações Exteriores; Assistência Social; Previdência Social; Saúde; Trabalho; Educação; Cultura; Direitos da Cidadania; Urbanismo; Habitação; Saneamento; Gestão Ambiental; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Organização Agrária; Indústria; Comércio e Serviços; Comunicações; Energia; Transporte, Desporto e Lazer; Encargos Especiais.

Nas Demonstrações da Geração e Distribuição de Riqueza, sugere-se, de igual forma, que, na Distribuição da Riqueza, adote-se as funções de Governo estabelecidas na Portaria, pois a Prefeitura Municipal de Florianópolis considerou funções de Governo como unidades orçamentárias, excluídos os gastos com pessoal e serviços de terceiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Social da Prefeitura Municipal de São José trouxe a seguinte estrutura: Mensagem do Prefeito, Município de São José, Ações Sociais (Educação, Cultura e Esporte; Saúde e Saneamento; Desenvolvimento Social; Habitação, Urbanismo e Transporte; Segurança Pública; Meio Ambiente e Educação Ambiental), Capital Humano (Avaliação da Satisfação do Capital Humano; Avaliação da Satisfação dos Usuários do Centro de Atendimento ao Cidadão) e Demonstrativos e Indicadores Sociais (Balanço Social; Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza).

Por sua vez, o Balanço Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis contemplou os seguintes tópicos: Mensagem da Prefeita, O Município, A Gestão de Florianópolis, As Pessoas

(Saúde; Nutrição; Educação; Habitação; Assistência Social; Transporte Urbano; Cultura; Esportes), O Ambiente Natural (Conservação Ambiental; Educação Ambiental; Limpeza Pública), As Oportunidades (Turismo; Agropecuária, Pesca e Abastecimento), O Ambiente Físico (Obras de Engenharia; Infra-Estrutura de Serviços), O Ambiente Institucional (Modernização Administrativa; Recursos Humanos) e Demonstrativo de Indicadores Sociais (Um Balanço da Satisfação dos Funcionários e dos Municípios; Balanço Social da Satisfação dos Funcionários da Prefeitura; Balanço Social da Satisfação dos Municípios; Balanço Social da Prefeitura de Florianópolis; Demonstração da Geração e Distribuição de Riqueza).

As Prefeituras Municipais de São José e de Florianópolis praticaram, em linhas gerais, metodologia semelhante na confecção de seus Balanços Sociais para o exercício de 2001.

As principais diferenças situaram-se na forma de evidenciar as atitudes sociais; nos indicadores e respectivos pesos utilizados nas pesquisas de avaliação da satisfação; na distribuição dos funcionários nas classes funcionais, nas faixas etárias e no tempo de serviço; e na forma de distribuição dos Indicadores Operacionais e Indicadores e Benefícios Sociais e dos valores na Distribuição da Riqueza.

Neste contexto, pontos que devem ser refletidos consistem na utilização de indicadores e pesos padrões nas pesquisas de avaliação da satisfação, na não diferenciação dos Indicadores Operacionais, Indicadores e Benefícios Sociais, na utilização das funções de Governo estabelecidas em Portaria, dentro desses Indicadores e na Distribuição da Riqueza. Essas reflexões buscam melhor a qualidade da informação, contida nos Balanços Sociais e a comparabilidade entre esses instrumentos de informação.

O resultado deste estudo realizado demonstra a

importância da evidenciação das informações para os gestores públicos e a própria cidadania, se aplicado com todos os cuidados para não ser influenciado pelo viés político, na busca do resultado verdadeiro, junto aos usuários internos e externos das entidades, pelos benefícios gerados e percebidos nos diversos indicadores pesquisados de forma efetiva.

Ademais, o que estabelece a consistência de uma pesquisa científica, esta na isenção e imparcialidade para levantar os dados que serão processados, consolidados, trabalhados e analisados para geração dos resultados a serem colocados à disposição, como uma contribuição relevante para evidenciar as preocupações e soluções apontadas, no objeto da investigação, sobre o desenvolvimento do estudo, na difusão dos conhecimentos para melhorar a sociedade. Portanto, a aplicação do modelo de Balanço Social nas entidades públicas ou governamentais, contribui para verificar as ações dos governos, na busca da avaliação da performance da gestão pública, com mensuração transparente dos resultados pela população que demanda os serviços e outras informações relevantes para qualificar e validar o gerenciamento dos recursos públicos, como contribuinte e financiador efetivo dos recursos disponibilizados aos órgãos públicos, em função da pesada carga tributária que afeta todos os cidadãos.

**Artigo recebido em Agosto de 2005 e aprovado para
publicação em Setembro de 2005**

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. *Finanças públicas: controladoria governamental* – Em busca do atendimento da lei de Responsabilidade Fiscal. Curitiba: Juruá, 2002, 252p.

_____. *www.pmf.sc.gov.br*. 07 de maio de 2003.

Revista Contemporânea de Contabilidade

141

Ano 02 ● v. 01 ● n. 3 ● jan./jun. ● 2005

ANDRADE, Nilton de Aquino. *Contabilidade Pública na Gestão Municipal* – Novos Métodos após a Lei Complementar nº 101/00 e as Classificações Contábeis Advindas da SOF e STN. São Paulo: Atlas, 2002.

BRANDT, Valnir Alberto. Ética e responsabilidade social. *Revista do CRCPR*, ano 27, n. 133, 2º quadrimestre de 2002, p. 29-34.

BRASIL. *Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão n. 42, de 14 de abril de 1999*. Atualiza a Discriminação da Despesa por Funções de que Tratam o Inciso I do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, Ambos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estabelece os Conceitos de Função, Subfunção, Programa, Projeto, Atividade, Operações Especiais, e Dá Outras Providências.

CAFTAN, Walter Penninck. *O Município e a Lei de Responsabilidade Fiscal*. São Paulo: Editora Megart, 2000.

CARNEIRO, Juarez Domingues. *Apresentação. Balanço Social do CRCSC – 2000/2001, 2002*, 48p.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Informativo do CRCSC, ano XI, nº 1, janeiro/fevereiro – 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. Informativo do CRCSC, ano XI, nº 3, maio/junho – 2002.

CRUZ, Flávio da et al. *Comentários à Lei nº 4.320*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, Flávio. *Auditoria Governamental*. São Paulo: Atlas, 1997.

EDITORIAL DO IBASE. Publique seu Balanço Social. www.balançosocial.org.br. 03 de abril de 2002.

FLORIANÓPOLIS. Balanço Social 2001 *Prefeitura Municipal de Florianópolis*. 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL- IPARDES. Normas para Apresentação de Documentos Científicos: Tabelas. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

LEITE, Carlos Corrêa. Sistema municipal de informações. Informações Objetivas, *Revista DCAP – Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública*. n.4. abril de 1997.

MACHADO JR., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. *A lei 4.320 comentada*. 30ª edição. Rio de Janeiro: IBAM, 1999, 360p.

MENDONÇA, Luis Carvalheira. A participação do cidadão nas decisões da administração pública. *Revista de Administração Pública*, vol. 18, out./dez. 1984. p.175-182.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Administração pública gerencial. Informações Objetivas, *Revista DCAP – Direito Administrativo, Contabilidade e Administração Pública*, 1998, p. 19-26.

PEIXE, Blênio César Severo. Balanço Social: o poder de difusão da informação. *Revista do CRCPR*, ano 25, n. 123, março de 1999, p. 13-19.

SANTA CATARINA. *Tribunal de Contas do Estado. Guia da lei de responsabilidade fiscal*. Florianópolis, TCE, 2001, 136p.

SÃO JOSÉ. Balanço Social 2001 *Prefeitura Municipal de São José*. 2002.

SÃO JOSÉ. www.pmsj.sc.gov.br. 07 de maio de 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SLOMSKI, Valmor. *Manual de Contabilidade Pública – Um enfoque na Contabilidade Municipal – De Acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal*. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Herbert de. Balanço Social nas empresas públicas. *www.balançosocial.org.br*. 03 de abril de 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanço Social: balanço da transparência corporativa e da concertação social. *Revista Brasileira de Contabilidade*, ano XXXI, n. 135, maio/junho de 2002, p. 57-73.

Blênio César Severo Peixe
e-mail: blenio@sociais.ufpr.br

Simone de Souza Becker
e-mail: ssbecker@sfaz.sc.gov.br